

CATÁLOGO DA EPIGRAFIA ROMANA DE ABRANTES

Por JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
JOAQUIM CANDEIAS SILVA

Separata de Abrantes - Cadernos para a História do Município / 1982

↳ m. 1, 1982, p. 21-38

CATÁLOGO DA EPIGRAFIA ROMANA DE ABRANTES

José d'Encarnação
Joaquim Candeias Silva

INTRODUÇÃO

Não é notável a herança arqueológica romana na área do actual concelho de Abrantes, apesar de ser — não o esqueçamos — o 3.º maior do distrito de Santarém e, mesmo a nível nacional, de grandeza muito acima da média (704,000 km²). Mas, do pouco que possui ou foi posto a descoberto, que conhecem os abrantinos e os estudiosos em geral? Algumas peças recolhidas no Museu Regional D. Lopo de Almeida, meia dúzia de lugares com sabor arqueológico, a pseudo-ponte romana do Rossio ao Sul do Tejo... e pouco mais.

No tocante à epigrafia, dirá o leitor, porventura menos familiarizado com estas lides, que nada de importante aqui apareceu desses tempos distantes. A outros, porém, mais prevenidos, talvez ocorram mais facilmente as notícias das inscrições perdidas — na sua maioria certamente forjadas ⁽¹⁾ — do que

(1) Cfr. J. Candeias SILVA, *Epigrafia romana de Abrantes — Quatro textos em questão*, comunicação apresentada às Primeiras Jornadas de Estudos Epigráficos da Beira, Castelo Branco, 1980. (Actas no prelo).

Neste trabalho se analisam criticamente as quatro enigmáticas inscrições (três funerárias e uma honorífica) que o monógrafo abrantino Manuel A. Morato (1811-1880?) diz ter ido desencantar em Évora, nuns papéis que lhe chegaram em 3.ª mão, atribuídos aos fins do séc. XVI/princípios do XVII.

Os textos apresentam, todos eles, graves erros e incongruências internas, inexplicáveis perante os cânones epigráficos, e tudo indica que se trate de mais uma falsificação renascentista, com o objectivo definido de sobrevalorizar a antiguidade de Abrantes, razão por que não são incluídos neste Catálogo.

as peças efectivamente chegadas até nós. É que estas se encontram de tal modo dispersas, tão pouco acessíveis e tão liminarmente estudadas, que não será difícil escaparem mesmo aos olhos dos mais atentos.

Por isso — sem pretensões e sem entrar demasiado em domínios excessivamente científicos, apenas acessíveis a limitada franja de leitores — quisemos reunir aqui, em singelo catálogo, as escassas inscrições romanas encontradas no concelho, já publicadas na sua quase totalidade.

Indicaremos, de cada uma, o lugar de achado e actual paradeiro, uma pequena descrição, leitura e tradução, bibliografia e breve comentário visando realçar a sua importância como documento histórico. No mapa, incluído no final, se poderão detectar melhor os locais de procedência.

Mais não se pretende que essa visão de conjunto. Interessar-nos-á, de modo particular, o juramento dos Aricienses (número 1); a inscrição votiva (número 2) apresenta dificuldades de interpretação; e, para além dos dois epítafios bem conservados (números 3 e 4), estudamos um fragmento, que se nos afigura romano (número 5) e juntamos, como documentos a ter em conta, dois monumentos anepígrafos.

No entanto, a posição estratégica da região, defendendo a linha do Tejo, não se compadece com tão poucos vestígios da ocupação romana. Jorge Cardoso testemunhava, no séc. XVII, a existência, em Alvega, de ruínas de edifícios antigos, dum aqueduto, de pavimentos cobertos de mosaico, e assinalava o achado frequente de moedas romanas. Testemunho mais tarde confirmado por outros achados de objectos e de fragmentos de mosaico ⁽²⁾.

Este catálogo é, pois, também um desafio aos estudiosos da história abrantina, aos intrépidos defensores do património cultural, no sentido duma eficaz recolha e valorização dos vestígios do passado.

⁽²⁾ Cfr. *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I, 1780-1788, Lisboa, 1797, p. 27.

1. JURAMENTO DOS ARICIENSES

Placa quadrangular de bronze, encontrada em 1659, nas areias da ribeira da Lampreia, próximo da sua confluência com o Tejo, freguesia de Alvega, onde eram visíveis então vestígios de edificações antigas. A placa sumiu-se, decerto com o terramoto de 1755, mas dela ficaram duas cópias: uma, tomada por Jorge Cardoso, que a teve em sua casa, em Lisboa; outra, dada por um viajante francês, que a leu em casa de Cardoso.

Apresentava campo epigráfico moldurado, tinha «dois palmos e meio de comprimento e mais de um palmo de altura», com um orifício em cada canto — sinal de ter estado afixada em lugar público. O texto oferecia algumas letras já gastas em parte, mas inteligíveis no seu conjunto.

C(aio) · VMMIDIO · QVADRATO / LEG(ato) · C(aii) · CAESARIS · GERMANI-
CI · IMP(eratoris) / PRO · PRAET(ore) / IVSIVRANDVM · ARITIENSIVM / 5
EX · MEI · ANIMI · SENTENTIA · VT · EGO · IIS · INIMICVS / ERO · QVOS ·
C(aio) · CAESARI · GERMANICO · INIMICOS · ESSE / COGNOVERO · ET ·
SI · QVIS · PERICVLVM · EI · SALVTIQ(ue) · EIVS / IN[F]ER[T] · IN[TVL]E-
RIT[V]E · ARMIS · BELLO · INTERNECIVO / TERRA · MARIQ(ue) · PERSE-
QVI · NON · DESINAM · QVO AD / ¹⁰ POENAS · EI · PERSOLVERIT ·
NEQ[V]E · LIBEROS · MEOS / EIVS · SALVTE · CARIOS · HABEBO ·
EOSQ(ue) · QVI · IN · EVM / HOSTILI · ANIMO · FVERINT · MIHI · HOSTES ·
ESSE / DVCAM · SI · S[CIE]NS · FA[LL]O · FEFELLEROVE · TVM · ME /
LIBEROSQ(ue) · MEOS · IVPPITER · OPTIMVS · MAXIMVS · AC / ¹⁵ DIVVS ·
AVGVSTVS · CETERIQ(ue) · OMNES · DI · IMMORTALES / EXPERTEM ·
PATRIA · INCOLVMITATE · FORTVNISQVE / OMNIBVS · FAXINT · [A(nte) ·
D(iem)] · V (quintum) · IDVS · MAI(as) · IN / ARITIENSE · OPPIDO · VETERI ·
CN(aeo) · ACERRONIO / PROCVLO · C(aio) · PETRONIO · PONTIO · NIGRI-
NO · CO(n)S(ulibus) / ²⁰ MAG(istris vel istratibus) / VEGETO · TALTICI [...]
[V]IBIO [...]ARIONI

Sendo Gaio Umídio Dúrmio Quadrado legado do imperador Gaio César Germânico — juramento dos Aricienses:

«Que, em minha consciência, serei inimigo daqueles que eu souber que o são de Gaio César Germânico; e se alguém o pôe ou puser em perigo, a ele

ou ao seu bem-estar, não me cansarei de o perseguir, pelas armas, em guerra de morte, na terra e no mar, até lhe aplicar o castigo; nem estimarei mais os meus filhos do que a vida dele; considerarei meus inimigos aqueles que o hostilizarem. Se, conscientemente, faltar ou vier a faltar ao juramento, então que Júpiter Ótimo Máximo e o divino Augusto e todos os outros deuses imortais me privem, a mim e a meus filhos, da pátria, da segurança pessoal e de toda a boa sorte.»

No quinto dia antes dos idos de Maio [11 de Maio], na cidade velha de Arício, sendo cônsules Gneu Acerrônio Próculo e Gaio Petrónio Pôncio Nigrino [ano de 37 d.C.] e magistrados Vegeto, filho de Táltico e Víbio, filho de...

BIBLIOGRAFIA

- Jorge CARDOSO, *Agiolôgio Lusitano*, t. III, Lisboa, 1666, p. 371.
CORNIDE, *Inscriptioens Lapidares de Varias Cidades Villas e Lugares do Reino de Portugal*, s.v. «Aritium» (Ms. 476 da Biblioteca Nacional de Lisboa).
Fr. Manoel de S. Caetano DAMÁSIO, *Thebaida Portuguesa*, Lisboa, 1793, p. 64-68.
Emílio HÜBNER, *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, Berlim, 1869, n.º 172 (=CIL II) (com mais bibliografia anterior e variantes de leitura).
DESSAU (Hermannus), *Inscriptiones Latinae Selectae*, Dublin/Zurique, 1974 (reedição), n.º 190.
Álvaro d'ORS, *Epigrafia Jurídica de la España Romana*, Madrid, 1953, p. 20-24.
Robert ÉTIENNE, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958, p. 436.
E. DE RUGGIERO, *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*, Roma, 1961, tomo III, p. 911, s.v. «Hispania» (artigo de Marchetti); tomo IV, p. 280-281 (artigo de De Ruggiero e Alfredo Passerini).
Alberto BALIL, *Los Legados de la Lusitania*, «Conimbriga», IV, 1965, p. 46-47.
Géza ALFÖLDI, *Fasti Hispanienses*, Weisbaden, 1969, p. 136-7.
A. MILLAN MENDEZ, *Sacramentum militiae (Características del juramento prestado a Octavio el año 32)*, «Hispania Antiqua», VI, 1976, p. 41.
J. Candeias SILVA, *O juramento dos Aricienses (de Alvega) ao imperador romano Calígula*, «Notícias de Abrantes», 29/V/1981.

VARIANTES DE LEITURA

Seguimos a versão dada por Hübner, universalmente aceite, com pequenas variantes de pormenor, que não alteram o conteúdo do texto. Somente na linha 21, preferimos *Taltici* a *Tallici*, porque apenas *Talticus* se encontra atestado na onomástica pré-romana da Lusitânia.

Como a simples leitura da lista bibliográfica — que não é exaustiva, aliás — deixa adivinhar, este juramento constitui um dos textos epigráficos mais citados e mais estudados da Lusitânia romana.

Poderão dividir-se em duas grandes séries os comentários que sobre ele têm sido feitos: os que se interessam de modo particular pela biografia do governador da Lusitânia aqui citado e os que se referem ao alcance político do juramento em si.

Situam-se entre os primeiros os trabalhos de A. Balil e de G. Alföldy, as-

sim como o artigo de Marchetti, os quais permitiram delinear a carreira política do senador. Natural de Casinum, na Itália, Dúrmio Quadrado passou pelos habituais cargos da ordem senatorial: foi, por exemplo, questor do divino Augusto e do imperador Tibério (no ano 14), edil curul, pretor do erário de Saturno; presidiu, como prefeito, às distribuições de trigo à população e foi nomeado governador de Chipre, cargo que ocupou imediatamente antes de ser governador da Lusitânia. Após ter atingido o consulado, Cláudio nomeia-o seu legado na Síria, entre os anos 51 e 57 da nossa era, primeiro a mandado de Cláudio e, depois, de Nero.

É, no entanto, o alcance político deste juramento que mais tem interessado os historiadores. Admitida na generalidade por todos a identificação de *Aritium Vetus* com a actual Alvega, a questão fundamental a pôr-se é a de se saber a causa do juramento:

— Foi superiormente imposto ou partiu da iniciativa da população?

— Se foi imposto, trata-se duma medida local ou duma ordem extensível a todo o Império, de que porventura só este testemunho ficou?

— Se partiu da população, para demonstrar a sua fidelidade ao imperador Calígula, recentemente nomeado (18 de Março de 37) — que interesse havia em fazê-lo?

O texto compõe-se de duas partes distintas, como já Álvaro d'Ors assinalou (o. c., p. 21). Na primeira (linhas 5 a 13), o cidadão promete ser *inimicus* dos *inimici* de Calígula (linhas 5 a 7), comprometendo-se a perseguir, até obter plena satisfação para o Príncipe, quem contra ele atente (7-10), a ter em mais estima a *salus* do Imperador que a vida dos seus próprios descendentes (10-11) e a considerar *hostes* os que se manifestem como inimigos públicos do Príncipe (11-13). A segunda parte é constituída pela *execratio*, ou seja, pelas maldições invocadas sobre quem deliberadamente vier a quebrar o juramento: «Que Júpiter Ótimo Máximo, o divino Augusto e os demais deuses imortais me privem da pátria, da segurança e de todos os bens» (linhas 13 a 17).

Não parece difícil a resposta às questões enunciadas. Quando um imperador subia ao trono, era costume prestar-lhe, em todo o Império, um juramento de fidelidade. A prática vem, de resto, bem explícita no capítulo 25 dos *Feitos do Divino Augusto* (vulgarmente conhecidos por *Res Gestae*), inscrição pretensamente autobiográfica em que o imperador Augusto faz o balanço do seu reinado. Diz ele:

«A Itália inteira me prestou juramento de sua livre vontade e me reclamou como chefe na guerra que venci em Ácio. O mesmo juramento me prestaram as províncias da Gália, Hispânia, África, Sicília e Sardenha.»

Outros juramentos se seguiram a este do ano 32 a.C.

Quanto às fórmulas utilizadas, Álvaro d'Ors (o. c., p. 23) é de opinião que o modelo dimanava da própria administração central, sofrendo, porém, uma que outra alteração em contacto com as tradições locais.

Conhecem-se mais três versões de juramentos: uma da Paflagónia, em grego, datada de 3 a.C.; outra, oriental também, de Assos, igualmente do ano em que Calígula subiu ao trono; e uma terceira, da Úmbria (Itália), da época dos Júlio-Claudianos, desconhecendo-se concretamente a quem era dirigido o juramento. Parece que a versão de *Aritium* é a mais pura de todas, pois distingue os *inimici* dos *hostes*, distinção que remonta ao séc. I a.C., quando existiam ao mesmo tempo as guerras civis (dos *inimici*) e as guerras contra os inimigos externos (*hostes*).

Digna de nota é também a fórmula da imprecação final. Ela encontra paralelo no juramento exigido por Cipião após o desastre de Canas, em 216 a.C., e que Tito Lívio (historiador romano do séc. I) decerto tentou reconstituir com base em elementos retirados dos formulários habituais ao seu tempo (cfr. A. d'Ors, *o. c.*, p. 22):

«Ex mei animi sententia iuro ut ego rem publicam populi Romani non deseram neque alium civem Romanum deserere patior; si sciens fallo, tum Iupiter optimus maximus domum familiam remque meam pessimo leto adficiat.»
(T. Lívio, 22, 53, 10 e seg.)

O paralelismo é evidente:

«(...) Se em consciência faltar ao juramento, então que Júpiter Ótimo Máximo fulmine com a pior das mortes a minha casa, família e haveres.»

Tal como noutras cidades da Lusitânia, os magistrados — pelo pouco que nos é dado a conhecer na l. 21 — eram indígenas e à maneira indígena se identificavam (cognome seguido do patronímico).

2. ARA VOTIVA (foto 1)

Ara votiva em granito de grão bastante grosseiro, proveniente de Mouriscas. Serve de pedestal a uma imagem de S. Simão, num pequeno corredor do lado direito da igreja matriz.

Dimensões: 60 x $\left\{ \begin{array}{l} 33,5/31 \\ 29/29,5 \\ 32,5/34 \end{array} \right\}$ x $\left\{ \begin{array}{l} 28,5/26,5 \text{ (capitel)} \\ 24,5/25 \text{ (fuste)} \\ 26,5/27 \text{ (base)} \end{array} \right\}$

Campo epigráfico — superior: 20×33/31
— inferior: 16×29

M(arcus?) IOMELI(us?) / CATRO TANG/INI F(iilius). ALVA / V(otum) A(nimo) L(ibens) S(olvit).

Marco (?) Iomélio (?) Catrão, filho de Tangino, cumpriu de bom grado (a sua promessa) a Alva.



FOTO 1

Altura das letras: l.1: 5/5,5 (0=4,8); l.2 e 3: 4/4,5; l.4: 6.

Espaços: 1: 1,5; 2 e 3: 1; 4: 1/1,5 e 0; 5: 9,5.

A moldura entre as linhas 3 e 4 tem uma largura de 6 cm., atingindo nas faces laterais os 7.

Bibl.: J. Candeias SILVA, «*Ficheiro Epigráfico*» (suplemento da «Conimbriga»), 1982, n.º 2 (que sintetizamos).

A paginação é pouco cuidada, sobretudo no capitel, notando-se aí a preocupação do *ordinator* em ocupar todo o espaço disponível, distribuindo o texto de uma forma mais ou menos simétrica. Devido talvez a esse quase excessivo aproveitamento de espaço, não foi feita pontuação (à excepção da l.3, onde se vislumbra um tímido *punctus* a seguir ao F), utilizaram-se os nexos $\overline{M\ E}$ (l.1) e $\overline{A\ N}$ (l.2) e abreviaram-se — segundo tudo parece indicar — vários nomes.

Parece, repetimos. Porque, efectivamente, tanto a falta de pontuação, como a existência de várias pequenas falhas ou mossas (l.1), agravadas ainda pelo inusitado da maior parte dos nomes surgidos, impedem-nos de fazer uma leitura definitiva. Se nos decidimos pela supracitada interpretação, foi porque entendemos ser esta a hipótese mais plausível no quadro das diversas combinações possíveis. Assim: *ALVA*, palavra cuja leitura não oferece quaisquer dúvidas, deverá ser o teónimo; e *M.IOMELIUS CATRO* o dedicante, por ser preferível às hipóteses *Miomelius* e *Mio Melicatro* — tudo nomes desconhecidos até agora.

Seja como for — e aqui residirá, sem dúvida, o maior interesse desta epígrafe — há um dado que consideramos adquirido: estamos perante uma nova divindade, decerto indígena, da Lusitânia romana. De realçar ainda ser esta a única ara com inscrição até agora assinalada neste concelho.

Pela paleografia e pelas demais características do texto, deverá ser situada no séc. I d.C.

3. EPITÁFIO DE AVITUS (foto 2)

Placa funerária sem moldura, em pedra arenisca. Só não foi alisada nas faces laterais. Achada no Campo das Aldeias, freguesia de Mouriscas, encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (sem número de entrada).

Dimensões: 33×77×13,5.

AVITVS.TON/GI.F(ilius).AN(norum).LX (sexaginta) / [H(ic).] S(itus).E(st) / S(it).T(ibi).T(erra).L(evis).

Aqui jaz Avito, filho de Tôngio, de sessenta anos. Que a terra te seja leve.

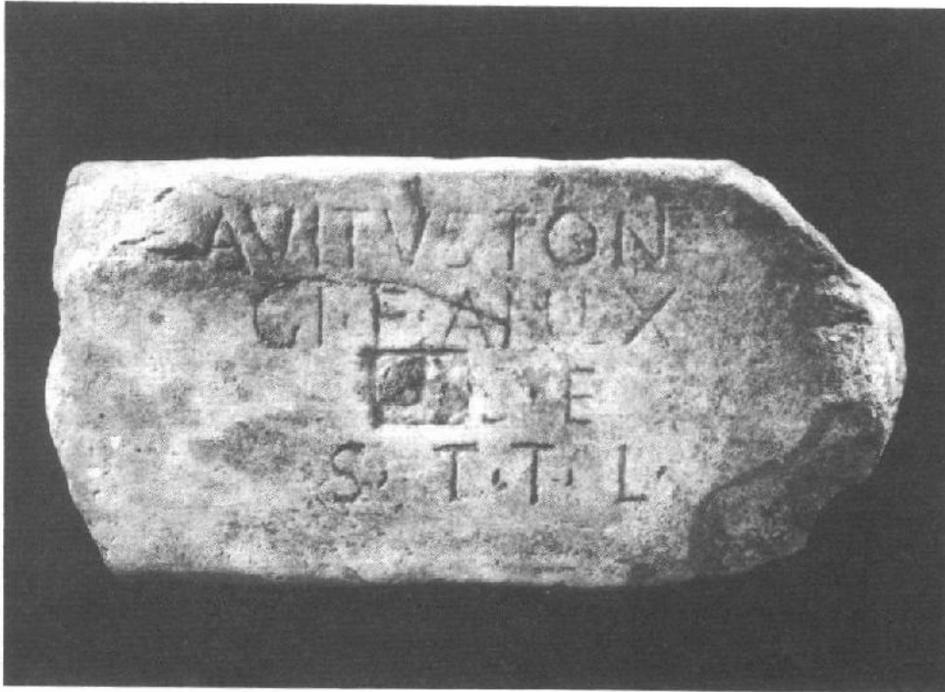


FOTO 2

Altura das letras: 4,5. Espaços: 1: 3,3; 2 a 4: 2; 5: 7.

«O Archeologo Português», III, 1897, p. 168 (referência à vinda da peça para o museu). HÜBNER (Emilio), *Additamenta nova ad corporis volumen II*, «Ephemeris Epigraphica» (= EE), IX, 1899, p. 19, n.º 22.

Variantes (EE): I.2: CI; I.3: H.

Paginação segundo um eixo de simetria. Pontuação em forma de pequenas vírgulas. Caracteres do tipo monumental quadrado, bem verticais, de traçado sóbrio; G de haste breve e levemente oblíqua. A pedra foi reutilizada: uma pequena cavidade rectangular nela praticada fez desaparecer o H.

O defunto é identificado à maneira indígena. *Avitus* é cognome latino frequentemente adoptado nas áreas de romanização recente; *Tongius*, o nome do pai, documenta-se exclusivamente na Lusitânia ⁽³⁾.

A idade deve ter sido arredondada em lustros.

Este epitáfio, pela simplicidade do texto (sem invocação aos Manes) e pela paleografia, é datável do séc. I.

⁽³⁾ Cfr. J. UNTERMANN, *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965, mapa 76.

4. EPITÁFIO DE DECUMUS (foto 3)

Placa funerária em calcário. Achada numa vinha no Campo das Aldeias, freguesia de Mouriscas, encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (n.º E 6316). Sofreu escoriações várias, nomeadamente no canto superior esquerdo, que foi partido. O campo epigráfico apresenta-se rebaixado em relação à moldura, que é do tipo gola directa com ranhura exterior.

Dimensões: 42×60×8.

Campo epigráfico: 32×49.

(hedera) DECVMVS (hedera) / (hedera) PLACENTIAE · / · FILIVS (hedera?) ANN(orum)·XII (duodecim) · / · H(ic)·S(itus)·E(st)·S(it)·T(ibi)·T(erra)·L(evis)· / 5 PLACENTIA·ET·IVLIA / ·FILIO·F(aciendum)·C(uraverunt) (hedera)

Aqui jaz Décumo, filho de Placência, de doze anos. Que a terra te seja leve. Placência e Júlia mandaram fazer ao filho.

Altura das letras: l.1: 6; l.2: 5,7; l.3 a 6: 3,8.

Espaços: 1 a 3: 1; 4 a 7: 0,5.

O «Archeologo Português», III, 1897, p. 168 (referência à entrada no museu). EE, IX, 1899, p. 19, n.º 23. José Leite de VASCONCELOS, *Epigrafia do*



FOTO 3

Museu Etnológico (Belém), «O Arqueólogo Português», XXVIII, 1929, p. 218, n.º 12, e XXIX, 1933, p. 224.

Paginação cuidada, segundo um eixo de simetria, estando em módulo maior a identificação do defunto (l. 1 e 2). Pontuação por meio de heras e pontos triangulares, presente mesmo onde não era precisa (no início e no final das linhas), não sendo fácil distinguir exactamente as heras dos pontos, devido à erosão e à leveza com que se fez a sua gravação. Caracteres do tipo monumental quadrado; D, C e V bastante largos, barras horizontais levemente apontadas, faltando mesmo no F (l. 3). Na última linha o lapicida apercebeu-se a tempo do erro de paginação que ia cometer: chegou de facto a delinear um primeiro F, que depois apagou ou não gravou, repetindo-o mais adiante para melhor utilização do espaço disponível. É um exemplo curioso que nem sempre se documenta.

Mas este epitáfio apresenta também outros aspectos interessantes do ponto de vista cultural.

O defunto tem um nome latino, habitualmente usado como *praenomen*, que exerce aqui as funções de *cognomen*. Esta circunstância não é muito frequente (4), registando-se curiosamente uma outra vez, com este mesmo antropónimo, na região de Cáceres (Arroyomolinos de Montánchez), igualmente num contexto indígena, já que o defunto se diz *Callaburi filius* (5). O antropónimo *Placentia* relacionar-se-á, segundo Kajanto (*o. c.*, p. 197) — que cita esta inscrição e mais duas como únicos testemunhos da sua utilização —, com a cidade de *Placentia*, sita na Gália Cisalpina. *Iulia*, antropónimo geralmente usado como gentílico, faz aqui as vezes de *cognomen*, facto que, não sendo também único (cfr. CIL II, p. 1085), deixa perceber que a população adoptou a onomástica latina, inclusive a mais frequente (como é o caso do *nomen Iulius*), sem compreender exactamente o mecanismo do nome latino.

Não habitual é, ainda, a indicação do nome da mãe em vez do do pai. Não vamos considerar, por isso, que se trata dum filho natural, embora seja evidentemente de estranhar, para a nossa mentalidade, que, figurando o nome da mãe, não figure o do pai no epitáfio duma criança de doze anos. Tanto mais que, ao lado da mãe, surge uma outra dedicante (*Iulia*), cujo grau de parentesco com *Decumus* nem sequer vem referido — e ambas rendem homenagem ao *filho*. Portanto, mais do que um índice de cariz social, julgamos preferível ver nestas «anomalias» epigráficas um índice cultural: é a romanização recente, a escassa penetração da cultura romana, o conhecimento diminuto das regras da linguagem epigráfica, que as determinou. E a tudo isso não foi decerto alheia uma dor profunda pela perda do ente querido, dor que, de resto, se pode considerar bem patente na repetição — desnecessária e por extenso — da palavra *filius*.

Pela paleografia e pelas características textuais, é monumento datável do séc. I.

(4) Iiro KAJANTO, *The Latin cognomina*, Helsinquia, 1965, p. 172.

(5) J. VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971, n.º 3858.

5. FRAGMENTO COM INSCRIÇÃO (foto 4)

Fragmento em mármore branco, bastante macio, com resto de inscrição, encontrado junto da estátua romana que, em 1951, apareceu na Quinta da Baeta, mesmo defronte do castelo de Abrantes, mas já na margem esquerda do Tejo, um e outra hoje no Museu Regional, sob os números de inv: 1/Epig. e 50, respectivamente.

Dimensões: 23×18×18.

[...] DE [C ou O] [...] / [...] NI [C ou G ou O] [...] / [...] " [...].

Altura das letras: l. 1 e 2: 6. Espaços: 1: ?; 2 e 3: 3,2.

J. M. Bairrão OLEIRO, *Uma estátua romana na Quinta da Baeta (Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes)*, «Humanitas», XIII/XIV, 1962, p. 365-368.

Embora se possam colocar algumas hipóteses de combinação de palavras, parece-nos de todo impossível apresentar qualquer leitura.

O tipo de letra é perfeitamente romano (monumental quadrada), sendo a

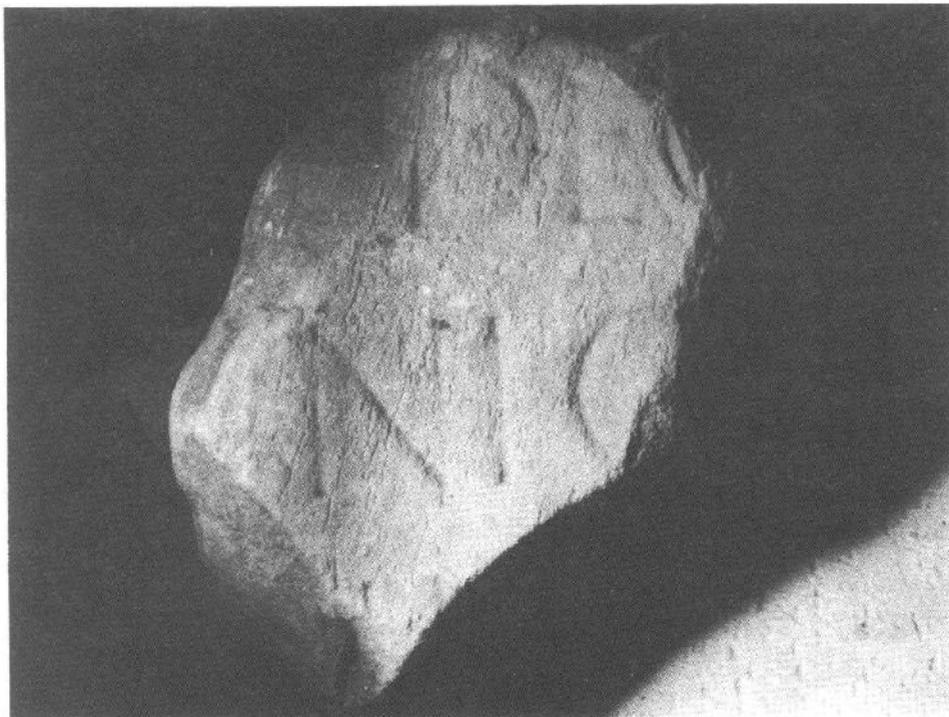


FOTO 4

gravação em bisel, muito elegante e bem cuidada. No ângulo inferior, sob a letra N, percebem-se dois pequenos sulcos que seriam as hastes de outra ou outras letras, mas daí apenas se pode inferir que o texto continha, pelo menos, uma 3.^a linha.

Mário Saa, referindo-se ao local de achado desta peça, informa que ele forneceu «uma estátua de mármore, *com legenda (...)*» (6). Será que Saa conheceu mais fragmentos desta inscrição a ponto de reconstituir uma legenda? Não parece crível. Bairrão Oleiro, que acompanhou todo o processo, inclusivamente como relator nomeado pela então Junta Nacional de Educação, escreveu (cinco anos antes de Saa, note-se): «Das pedras que à sua volta se encontraram *apenas* merece referência especial um *fragmento de inscrição* da qual se distinguem, em duas linhas, as letras ...DEØ... e ...NIØ...» (7). Quanto à estátua, Oleiro considera-a do séc. I e diz poder tratar-se de uma divindade ou personificação alegórica, ou ainda de uma estátua-retrato, talvez de um membro da família imperial. Na zona apareceram também alguns fragmentos cerâmicos de pouca importância e próximo, a jusante, existem ainda uns pegões de enigmática construção, que tem sido considerada, julgamos que sem qualquer fundamento, como ponte-cais romana.

A paleografia, as condições do achado e ainda a semelhança do mármore, que não parece nacional, induzem-nos a situar na mesma época epígrafe e estátua, admitindo-se inclusivamente uma estreita relação entre si.

6. ÁRULA ANEPÍGRAFA (foto 5)

Árula anepígrafa, em calcário branco, achada na década de 50 pelo guarda do Museu, Sr. Joaquim dos Santos: servia de pedra de calçada no exterior do castelo de Abrantes, junto à muralha poente. Encontra-se no Museu, sem número de inventário.

É um exemplar bastante grosseiro, com um capitel mal definido, as arestas todas boleadas (efeitos da erosão?) e visivelmente truncado na parte inferior do fuste. Devido ao desgaste, não é possível apurar com segurança as formas do capitel, pois os pequenos sulcos que se vêem não parecem originais ou intencionais. No topo apresenta, no entanto, bem nítido o *foculus*.

Dimensões: $11,5 \times \left\{ \begin{array}{l} 8 \\ 6/7 \end{array} \right\} \times \left\{ \begin{array}{l} 5,5 \text{ (capitel)} \\ 5 \text{ (fuste)} \end{array} \right\}$

Está inédita.

Torna-se impossível determinar se alguma vez teve inscrição.

(6) Mário Saa, *As Grandes Vias da Lusitânia*, t. VI, Lisboa, 1967, p. 73.

(7) Art. cit., p. 366. (Os sublinhados são nossos).

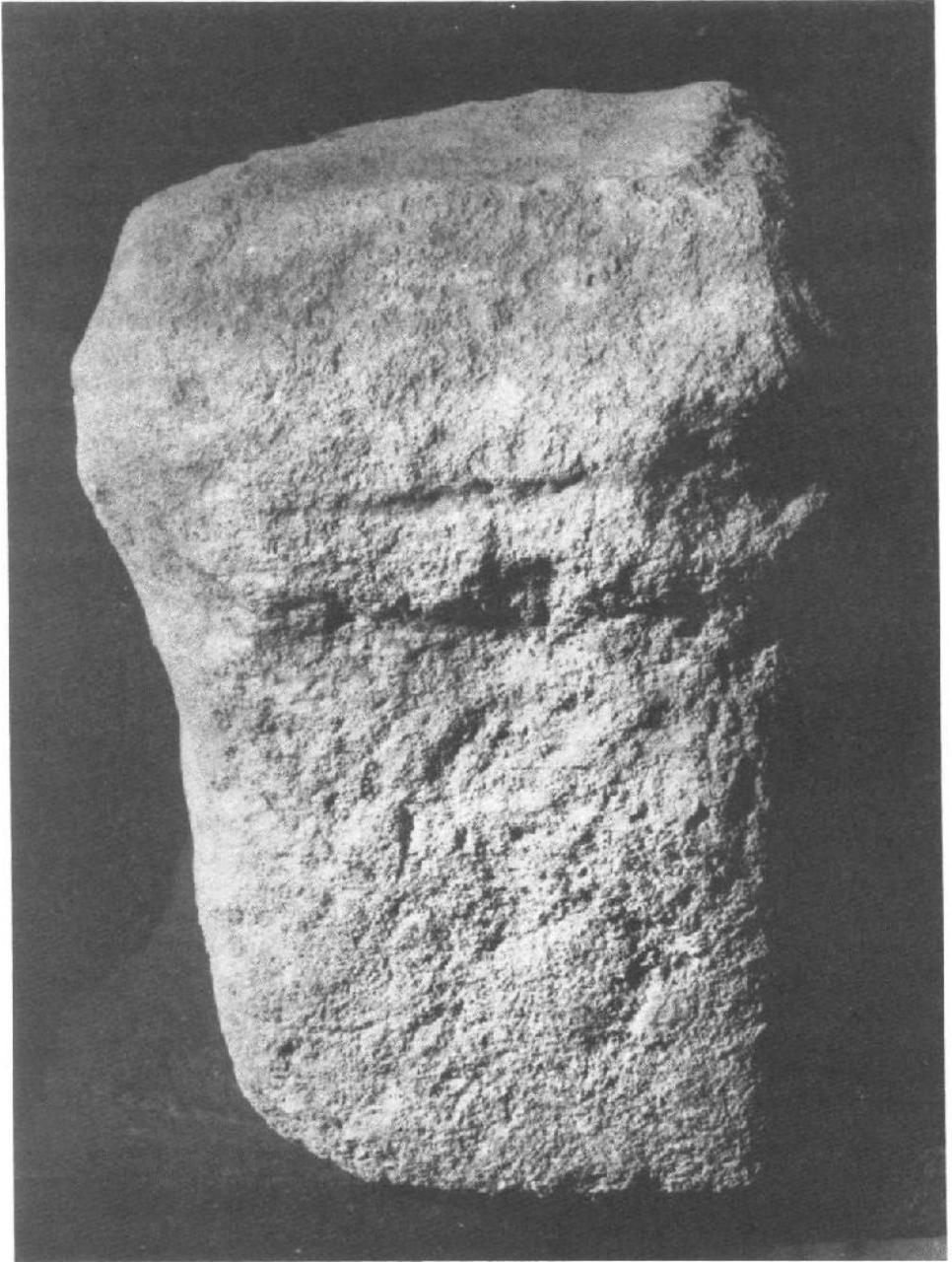


FOTO 5

7. ÁRULA ANEPÍGRAFA (foto 6)

Árula anepígrafa, em granito de grão fino, proveniente da estação romana designada por «cidade de Montalvão», sítio da Quinta da Pedreira, freguesia de Rio de Moinhos. Está em poder do seu achador, o Sr. Álvaro Baptista, de Rio de Moinhos.

Uma dupla moldura de dois toros, envolvendo as quatro faces, estabelece a distinção entre base/fuste e fuste/capitel. O capitel tem, porém, uma largura idêntica à do fuste e apresenta, nos ângulos superiores da face anterior, alguns elementos decorativos (quarto de círculo e diagonal à esquerda, dois quartos de círculo concêntricos à direita) que têm (os de dentro) prolongamento no topo. São, decerto, a representação dum frontão triangular com os toros. Na parte de cima, partido em cerca de 1/3, fica o *foculus*, com 1 cm. de profundidade, aproximadamente.

$$\text{Dimensões: } 42 \times \left\{ \begin{array}{l} 16 \\ 15/16 \\ 20 \end{array} \right\} \times \left\{ \begin{array}{l} 9 \text{ (capitel)} \\ 9 \text{ (fuste)} \\ 10 \text{ (base)} \end{array} \right\}$$

Inédita.

Impossível também determinar se alguma vez teve inscrição.

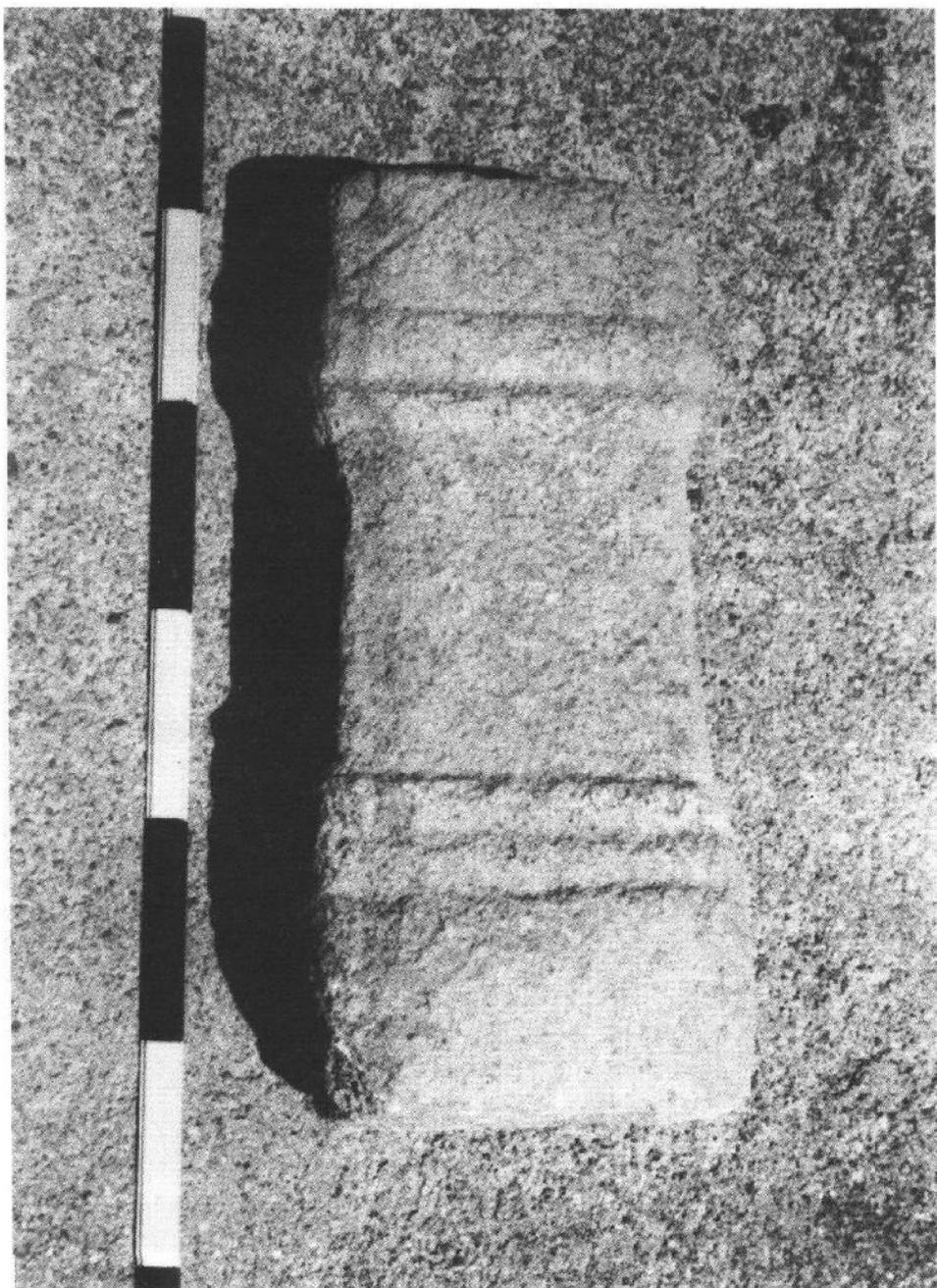


FOTO 6

Proveniência das fotos: 1, 4 e 5 — Arquivo da ADEPRA (fot. de Cristóvão S. Gomes); 2 — fot. de Delfim Ferreira; 3 — fot. de Guilherme Cardoso; 6 — fot. de Manuel Leitão.

CONCLUSÃO

Não sendo muitos os vestígios epigráficos romanos achados no termo de Abrantes, eles revestem-se, por conseguinte, duma certa relevância.

Atente-se, em primeiro lugar, no *Iusiurandum Aritiensium*, único exemplar encontrado até ao presente dum texto cuja importância no domínio da história política cremos desnecessário voltar a sublinhar. Ele demonstra a existência na região, logo nos primórdios do Império, duma população organizada, ciente da sua ligação a Roma, bem impregnada já da ideologia oficial. Nele se inclui, aliás, a mais antiga referência a Júpiter Ótimo Máximo documentada na Península.

No campo religioso, mantêm-se as crenças tradicionais, com o culto às divindades indígenas, prestado muito embora segundo os cânones romanos. Infelizmente, a única ara de que dispomos não é facilmente decifrável; contudo, não nos custa admitir que as outras duas ámulas anepígrafas poderão ter sido igualmente monumentos votivos, pois que os epitáfios são, nesta zona, predominantemente gravados em placas ou em estelas.

Por último, os dois epitáfios documentam bem o fenómeno da aculturação antroponímica. Aqui já numa segunda fase, se assim nos podemos exprimir. De facto, *Tongius* mantém o seu cognome de raiz pré-romana, mas baptiza o filho com um nome latino, derivado justamente da vida quotidiana: *Avitus*, o primogénito, o mais velho. No epitáfio de *Decumus*, a falta de hábito, o desconhecimento das regras é mais evidente ainda: um *praenomen* e um gentílico são usados como cognomes, a filiação não vem apresentada como é de uso...

Os indícios são, pois, eloquentes.

Assim os Homens saibam preservar e dar valor àquilo que, um dia, de certo lhes surgirá por diante, arrancado pela escavadora ou na ponta duma charrua de pachorrenta junta de bois.

Fevereiro de 1982.

CARTA DA EPIGRAFIA ROMANA DO CONCELHO DE ABRANTES

